

BOLETIM DE FINANÇAS PÚBLICAS

Nº 19 – Novembro/2018



Governador do Estado do Ceará

Camilo Sobreira de Santana

Vice-Governadora do Estado do Ceará

Maria Izolda Cela de Arruda Coelho

Secretaria do Planejamento e Gestão – SEPLAG

Francisco de Queiroz Maia Júnior – Secretário

Antônio Sérgio Montenegro Cavalcante – Secretário adjunto

Júlio Cavalcante Neto – Secretário executivo

Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará – IPECE

Diretor Geral

Flávio Ataliba Flexa Dalto Barreto

Diretoria de Estudos Econômicos - DIEC

Adriano Sarquis Bezerra de Menezes

Diretoria de Estudos Sociais – DISOC

João Mário de França

Diretoria de Estudos de Gestão Pública – DIGEP

Cláudio André Gondim Nogueira

Gerência de Estatística, Geografia e Informação – GEGIN

Marília Rodrigues Firmiano

Sobre o BOLETIM DE FINANÇAS PÚBLICAS

A Série **Boletim de Finanças Públicas**, disponibilizada pelo Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE), apresenta de forma sucinta, o comportamento das finanças públicas cearenses dos últimos doze meses em que os dados estão disponíveis, podendo ser utilizado como uma referência na tomada de decisão tanto de agentes públicos como privados.

É ainda um instrumento de consulta para os cidadãos cearenses e outros interessados na situação das contas públicas do Estado do Ceará. Sua frequência é bimestral, o que permite um acompanhamento contínuo e pormenorizado das finanças públicas estaduais.

Para essa análise foram utilizados dados constantes no sistema S2GPR e todos os valores foram atualizados pelo IPCA do último mês considerado. Para essa análise foram utilizados dados constantes no sistema S2GPR e todos os valores foram atualizados pelo IPCA do último mês considerado.

O Boletim é dividido em quatro blocos, sendo o primeiro destinado a um sumário executivo, o segundo as notas metodológicas, o terceiro à análise das receitas e, finalmente, o quarto às despesas e investimentos.

Boletim de Finanças Públicas – Nº 19 – Novembro/2018

DIRETORIA RESPONSÁVEL:

Diretoria de Estudos de Gestão Pública - DIGEP

Autor(es):

Paulo Araújo Pontes (Analista de Políticas Públicas - DIGEP)

José Freire Junior (Analista de Políticas Públicas - DIGEP)

O Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) é uma autarquia vinculada à Secretaria do Planejamento e Gestão do Estado do Ceará. Fundado em 14 de abril de 2003, o IPECE é o órgão do Governo responsável pela geração de estudos, pesquisas e informações socioeconômicas e geográficas que permitem a avaliação de programas e a elaboração de estratégias e políticas públicas para o desenvolvimento do Estado do Ceará.

Missão: Propor políticas públicas para o desenvolvimento sustentável do Ceará por meio da geração de conhecimento, informações geossocioeconômicas e dá assessoria ao Governo do Estado em suas decisões estratégicas.

Valores: Ética e transparência; Rigor científico; Competência profissional; Cooperação interinstitucional e Compromisso com a sociedade.

Visão: Ser uma Instituição de pesquisa capaz de influenciar de modo mais efetivo, até 2025, a formulação de políticas públicas estruturadoras do desenvolvimento sustentável do estado do Ceará.

Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará – IPECE 2018

Boletim de Finanças Públicas / Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) / Fortaleza – Ceará: IPECE, 2018.

ISSN: 2594-8695

SUMÁRIO

1. Sumário Executivo, 3
2. Notas Metodológicas, 6
3. Receitas Correntes, 7
4. Despesas Correntes e de Investimentos, 13

Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) -
Av. Gal. Afonso Albuquerque Lima, s/n | Edifício SEPLAG | Térreo -
Cambeba | Cep: 60.822-325 |
Fortaleza, Ceará, Brasil | Telefone: (85) 3101-3521
<http://www.ipece.ce.gov.br/>

1. Sumário Executivo

- ✓ A RCL, do período de dezembro de 2017 a novembro de 2018, aumentou, em termos reais, 3,71%, comparativamente aos doze meses anteriores.
- ✓ Descontadas as receitas excepcionais registradas em dezembro 2016¹ haveria um crescimento de 5,32% na RCL dos últimos doze meses.

Tabela 1: Resumo dos indicadores fiscais⁽¹⁾, valores acumulados em doze meses (R\$ 1.000,00 de nov./2018)

Discriminação	Dez/2016 a Nov/2017	Dez/2017 a Nov/2018	Δ	Δ%
Receita Corrente Líquida	18,707,767	19,401,152	693,385	3.71
ICMS	9,975,077	10,254,297	279,220	2.80
FPE	5,495,013	5,348,772	-146,241	-2.66
IPVA	774,530	795,016	20,486	2.64
Despesa Correntes Líquidas das Transferências Constitucionais	16,507,828	17,297,937	790,109	4.79
DTP	7,888,051	8,127,105	239,054	3.03
Despesa com pessoal ativo	6,439,822	6,861,182	421,360	6.54
Despesa com pessoal inativo e pensionistas	2,187,606	2,287,687	100,080	4.57
(-) Inativos com Recursos Vinculados	1,154,462	1,557,667	403,204	34.93
Juros e Amortizações	1,345,358	1,587,117	241,759	17.97
Investimentos	2,399,830	2,961,336	561,506	23.40

Fonte: SEFAZ/S2GPR.

Notas:

⁽¹⁾ Na tabela são apresentadas somente as principais receitas e despesas. Portanto, as somas dos itens não são iguais aos totais.

⁽²⁾ A Despesa Total com Pessoal é inferior à soma das despesas com pessoal ativo e inativo dado que são consideradas algumas deduções em seu cálculo.

- ✓ As receitas de ICMS foram influenciadas pelo aumento da alíquota de 17% para 18% e pela recuperação da economia.
- ✓ A queda do FPE de 2,66% é uma decorrência das receitas não recorrentes da repatriação de recursos no final de 2016.
- ✓ As Despesas Correntes Líquidas das Transferências Constitucionais cresceram 4,79%.
- ✓ O menor crescimento da Despesa Total com Pessoal é justificado pelo crescimento de 34,93% dos inativos com recursos vinculados.
- ✓ Os investimentos do Governo do Estado cresceram de 23,40% nos últimos doze meses.

¹ No caso, em dezembro de 2016, houve um crescimento não-recorrente do Fundo de Participação dos Estados (FPE), em virtude da entrada de recursos da repatriação. Isso acabou contribuindo significativamente para o resultado apresentado na Tabela 1, pois, elevaram a base de comparação.

- ✓ No acumulado até novembro de 2018, ver Tabela 2, observa-se um crescimento de 4,37% da RCL do Estado em relação a 2017. Nesse sentido o ICMS, IPVA e FPE cresceram em relação ao acumulado do ano anterior.

Tabela 2: Resumo dos indicadores fiscais, valores acumulados no ano até novembro (R\$ 1.000,00 de nov./2018)

Discriminação	Acumulado no Ano		Δ	Δ%
	Até Nov/2017	Até Nov/2018		
Receita Corrente Líquida	16,658,229	17,386,911	728,681	4.37
ICMS	9,124,047	9,298,613	174,566	1.91
FPE	4,697,274	4,835,629	138,355	2.95
IPVA	764,358	782,479	18,121	2.37
Despesa Correntes Líquidas das Transferências Constitucionais	14,251,150	15,195,103	943,953	6.62
DTP	6,881,607	7,152,424	270,817	3.94
Despesa com pessoal ativo	5,623,921	6,073,557	449,636	8.00
Despesa com pessoal inativo e pensionistas	1,941,563	2,029,829	88,266	4.55
(-) Inativos com Recursos Vinculados	1,010,108	1,375,258	365,150	36.15
Juros e Amortizações	1,234,416	1,310,590	76,174	6.17
Investimentos	1,917,095	2,327,944	410,849	21.43

Fonte: SEFAZ/S2GPR.

Notas:

(1) Na tabela são apresentadas somente as principais receitas e despesas. Portanto, as somas dos itens não são iguais aos totais.

(2) A Despesa Total com Pessoal é inferior à soma das despesas com pessoal ativo e inativo dado que são consideradas algumas deduções em seu cálculo.

- ✓ As Despesas Correntes Líquidas das Transferências Constitucionais, acumuladas até novembro, cresceram 6,62%, frente a idêntico período do ano anterior.
- ✓ A despesa com pessoal ativo cresceu 8,00%, com pessoal inativo e pensionista 4,55% e o pagamento de inativos com recursos vinculados 36,15%.
- ✓ Os investimentos, em 2018, apresentam uma alta de 21,43%, quando se compara o acumulado até novembro de 2018 com idêntico período do ano anterior.

2. Notas Metodológicas

Nesse Boletim de Finanças Públicas pretende-se apresentar de forma sucinta o comportamento das finanças públicas cearenses dos últimos doze meses em que os dados estão disponíveis, podendo ser utilizado como uma referência na tomada de decisão tanto de agentes públicos como privados. Pretende-se ainda que ele sirva de instrumento de consulta para os cidadãos cearenses e outros interessados na situação das contas públicas do Estado do Ceará. Sua frequência é mensal, o que poderá permitir um acompanhamento pormenorizado das finanças públicas estaduais.

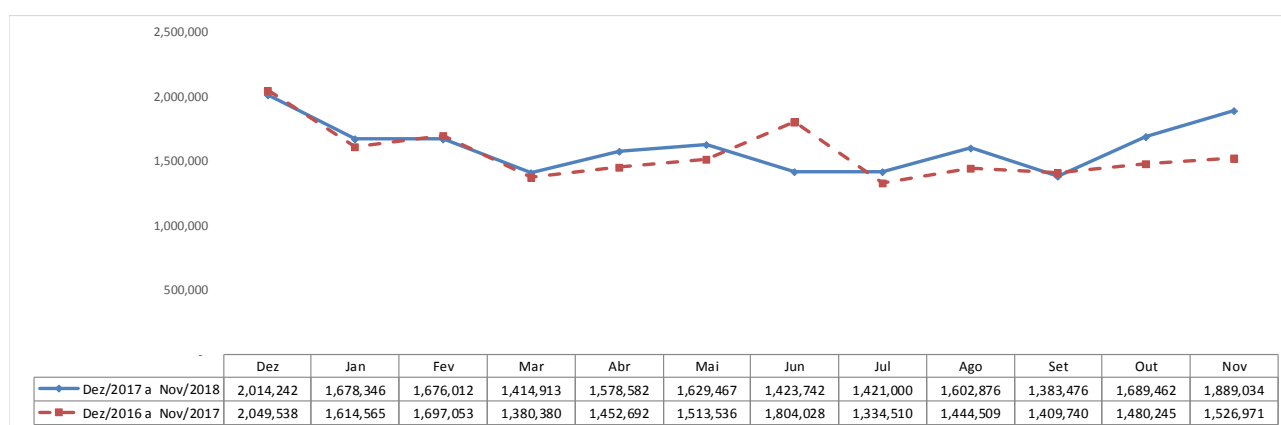
Para as análises foram utilizados dados constantes no sistema S2GPR, da Secretaria da Fazenda (SEFAZ), e **todos os valores foram atualizados pelo IPCA** do último mês da série. Para o cálculo da Receita Corrente Líquida (RCL) e da Despesa Total com Pessoal (DTP) foi utilizado o método empregado nos relatórios fiscais da SEFAZ. Relativamente a DTP não foi considerado o gasto com pessoal via Consórcio de Saúde Pública, cujas informações não constam no sistema da S2GPR, sendo, portanto, a DTP apresentada uma aproximação daquela informada nos Relatórios de Execução Orçamentária (RREO).

Deve-se ainda observar que todos os valores apresentados nesse relatório foram atualizados a preços do último mês do período, assim deve-se alertar que eles diferem daqueles constantes nos relatórios apresentados pela SEFAZ, como os da RCL e os limites com despesa de pessoal, pois esses últimos apresentam valores correntes.

3. Receitas Correntes

- ✓ A RCL do período de dezembro de 2017 a novembro de 2018, ver a Figura 1, somou R\$ 19,40 bilhões, contra R\$ 18,70 bilhões do período anterior, isto é, houve um incremento, em termos reais, de 3,71% da RCL quando comparado entre os dois períodos.
- ✓ A RCL de Dezembro de 2016 foi afetada pelas receitas oriundas dos repasses do FPE (Fundo de Participação dos Estados) dos recursos arrecadados pela União com a repatriação de recursos (mais de R\$ 286 milhões).

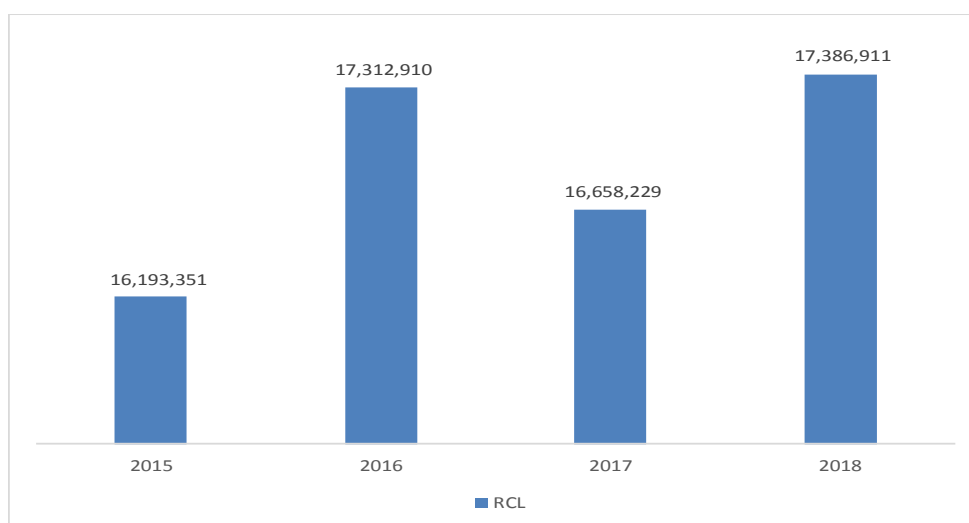
Figura 1: Receita Corrente Líquida de dezembro de 2017 a novembro de 2018 e do período imediatamente anterior (R\$ 1.000,00 de nov./2018)



Fonte: S2GPR/SEFAZ.

- ✓ Nos primeiros onze meses de 2018, em oito a RCL foi superior, em termos reais, à verificada um ano antes (Figura 1). Especificamente, nos meses de agosto a novembro de 2018, verificou-se uma receita, 12,00% maior que nos mesmos meses do ano anterior, o que equivale a uma elevação de cerca de R\$ 703 milhões (a preços de nov./2018).
- ✓ Em outubro e novembro de 2018 foi arrecadado mais de R\$ 428 milhões a título de cessão dos direitos da folha de pagamento do Estado.
- ✓ Houve uma queda, de quase R\$ 400 milhões, da RCL no mês de junho de 2018 (comparativamente a junho de 2017).
- ✓ Em junho de 2017, as receitas foram mais altas por conta do lançamento o Programa de Refinanciamento de Débitos (REFIS) e, em junho de 2018, as receitas foram negativamente afetadas pela greve dos caminhoneiros em maio de 2018.
- ✓ No acumulado até novembro, ver Figura 2, a RCL está 4,37% superior a de um ano antes.

Figura 2: Receita Corrente Líquida acumulada até novembro (R\$ 1.000,00 de nov./2018)

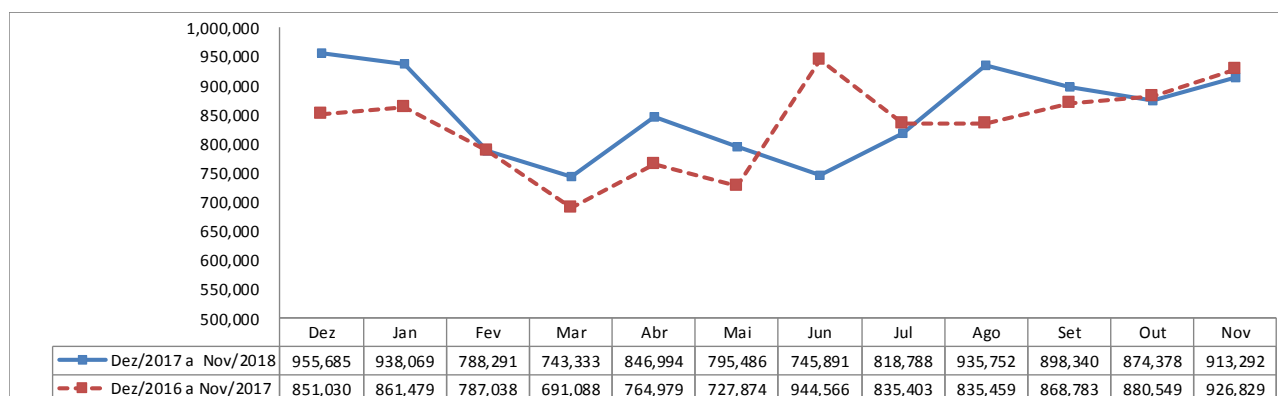


Fonte: S2GPR/SEFAZ.

Obs.: Para o cálculo da RCL foram consideradas as receitas e as deduções acumuladas até o mês de novembro de cada ano.

- ✓ A arrecadação de ICMS, entre dezembro de 2017 e novembro de 2018, cresceu 2,80% acima da inflação, quando se comparam os dois períodos.
- ✓ A alíquota modal² de ICMS foi majorada de 17% para 18%, em abril de 2017³.
- ✓ A economia cearense cresceu 1,48% no acumulado dos quatro trimestres encerrados em setembro de 2018 (Apresentação do PIB – 3º Trimestre 2018).

Figura 3: Arrecadação de ICMS de dezembro de 2017 a novembro de 2018 e do período imediatamente anterior (R\$ 1.000,00 de nov./2018)



Fonte: S2GPR/SEFAZ.

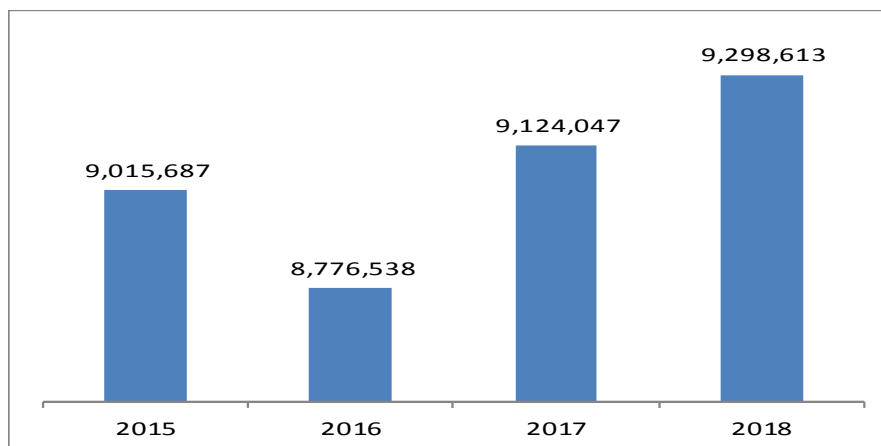
- ✓ Devido ao REFIS 2017 a arrecadação do ICMS em junho de 2017 foi superior àquela ocorrida em junho de 2018.

² Essa alíquota não engloba combustíveis, energia elétrica e telecomunicações, ver Lei nº 16.177/2016.

³ No período de ago/2017 a jul/2018 vigorou a alíquota de 18%, já no período anterior essa alíquota vigorou por apenas 4 meses.

- ✓ A greve dos caminhoneiros, ocorrida em maio de 2018⁴, influenciou negativamente a arrecadação de ICMS em junho de 2018.
- ✓ A arrecadação de ICMS, no acumulado até novembro de 2018, cresceu 1,91%, quando se confronta com 2017. Comparativamente, a economia cearense cresceu, até setembro de 2018, 1,07% no acumulado do ano.

Figura 4: Arrecadação de ICMS acumulada até novembro (R\$ 1.000,00 de nov./2018)

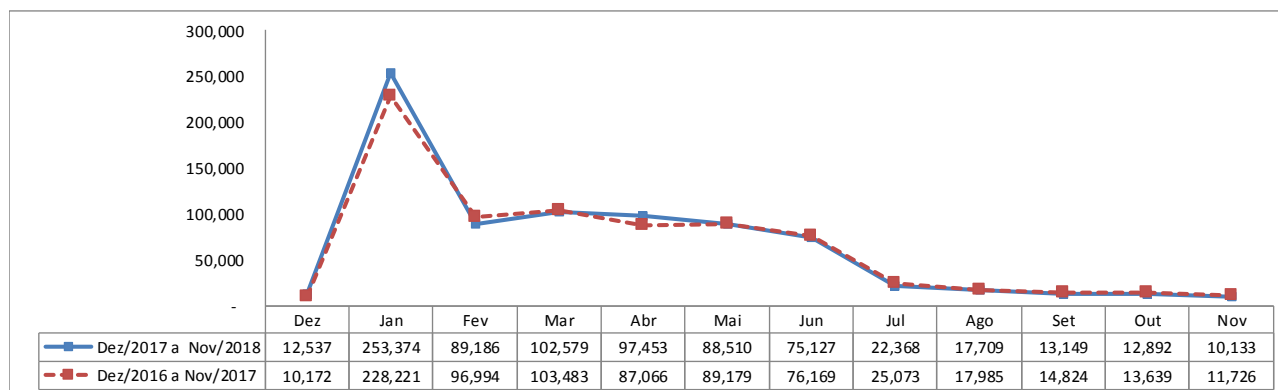


Fonte: S2GPR/SEFAZ.

- ✓ A arrecadação do IPVA, no período de dezembro de 2017 a novembro de 2018, ver a Figura 6, teve incremento, descontada a inflação, de R\$ 20,48 milhões (a preços de nov./2018) em relação ao período anterior, isto equivale a um aumento de 2,64%.
- ✓ Destaque-se o mês de janeiro de 2018 em que se arrecadou 11,02% a mais que o mesmo período do ano anterior, o que sugere uma maior adesão ao pagamento da cota única do IPVA ocorreu no ano de 2018.

⁴ Os fatos que geram arrecadação do mês t ocorrem no mês t-1. Ou seja, a greve em maio inibiu a atividade econômica desse mês, resultando em menor arrecadação em junho.

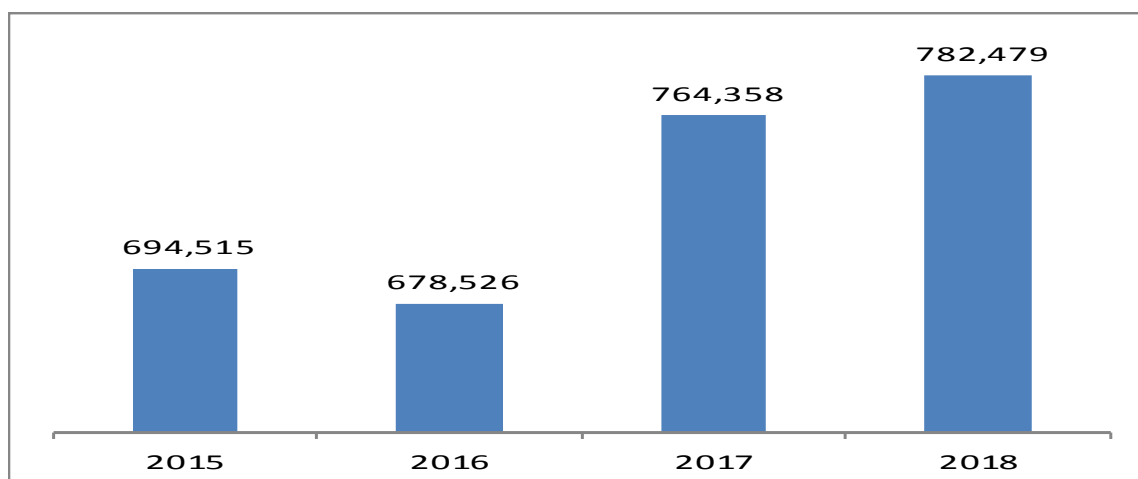
Figura 5: Arrecadação de IPVA de dezembro de 2017 a novembro de 2018 e do período imediatamente anterior (R\$ 1.000,00 de nov./2018)



Fonte: S2GPR/SEFAZ.

- ✓ No acumulado nos onze primeiros meses do ano, de acordo com a Figura 7, a arrecadação de IPVA é a maior registrada, sendo 2,37% maior que a de 2017.

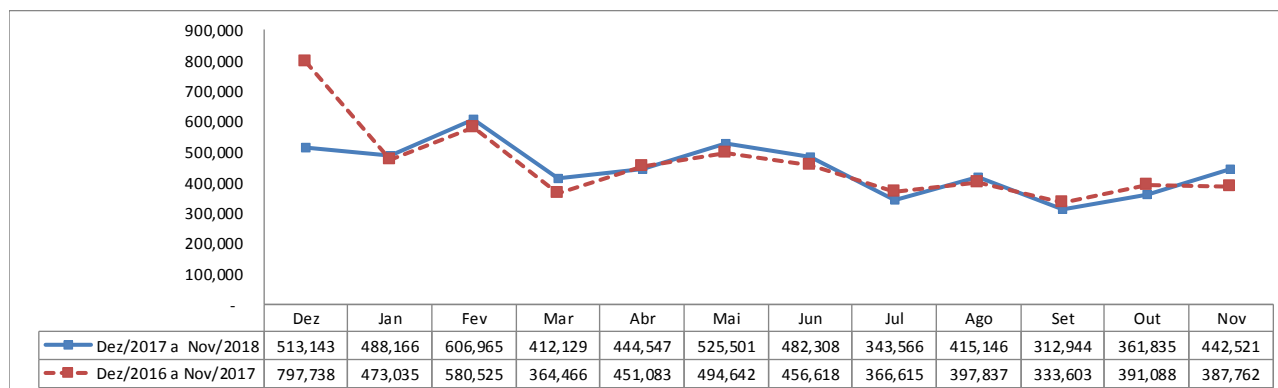
Figura 6: Arrecadação de IPVA acumulada até novembro (R\$ 1.000,00 de nov./2018)



Fonte: S2GPR/SEFAZ.

- ✓ Os valores transferidos pelo Fundo de Participação dos Estados (FPE), exceto pelos meses de dezembro de 2017 e abril, julho, setembro e outubro de 2018, são superiores àqueles observados em idênticos meses do período anterior (ver Figura 7).
- ✓ A retomada da atividade econômica nacional tem contribuído para o crescimento dos repasses do FPE.

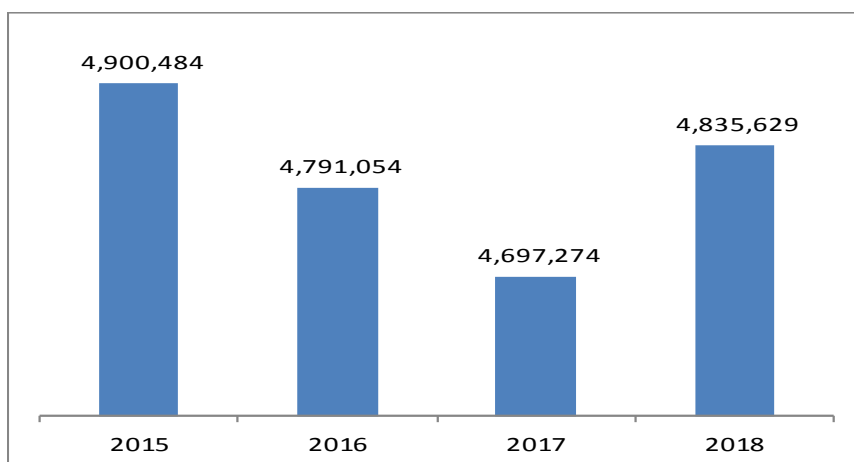
Figura 7: Receitas transferidas do FPE de dezembro de 2017 a novembro de 2018 e do período imediatamente anterior (R\$ 1.000,00 de nov./2018)



Fonte: S2GPR/SEFAZ.

- ✓ No acumulado até novembro, ver a Figura 8, as transferências do FPE cresceram R\$ 138,35 milhões, que equivale a 2,95%, em termos reais, entre 2017 e 2018.
- ✓ Os recursos do FPE, em 2018, ainda são R\$ 64,85 milhões inferior ao registrado em 2015 (a preços de nov./2018).

Figura 8: Receita transferida pelo FPE acumulada até novembro (R\$ 1.000,00 de nov./2018)



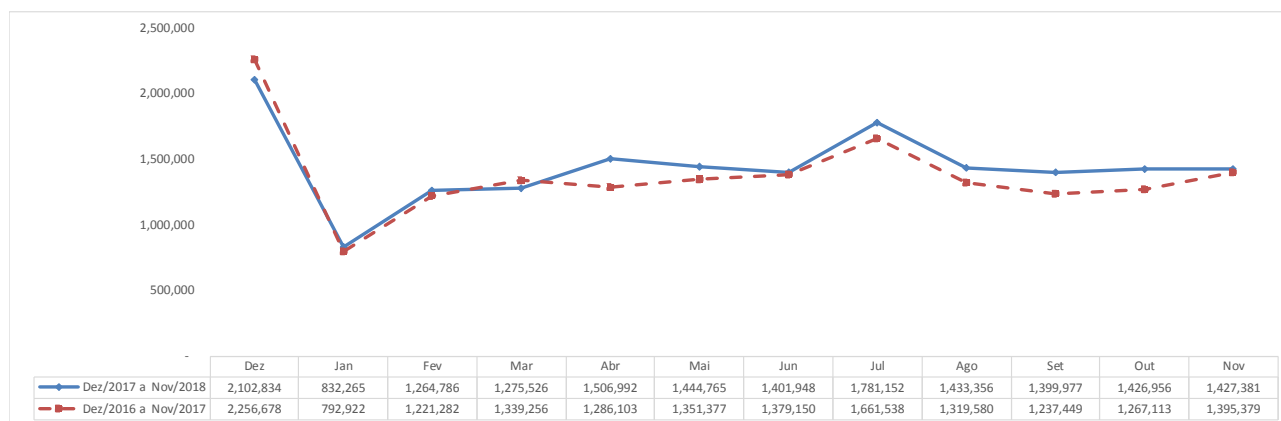
Fonte: S2GPR/SEFAZ.

- ✓ As receitas do Governo do Estado, nos últimos doze meses, foram positivamente influenciadas pela recuperação da economia estadual e nacional e pela majoração das alíquotas do ICMS.

4. Despesas Correntes e de Investimentos

- ✓ As despesas correntes líquidas das transferências constitucionais, no período de dezembro de 2017 a novembro de 2018, ver a Figura 9, cresceram R\$ 790,10 milhões (a preços de novembro de 2018), isto é, 4,79%, em termos reais, em relação ao período anterior.

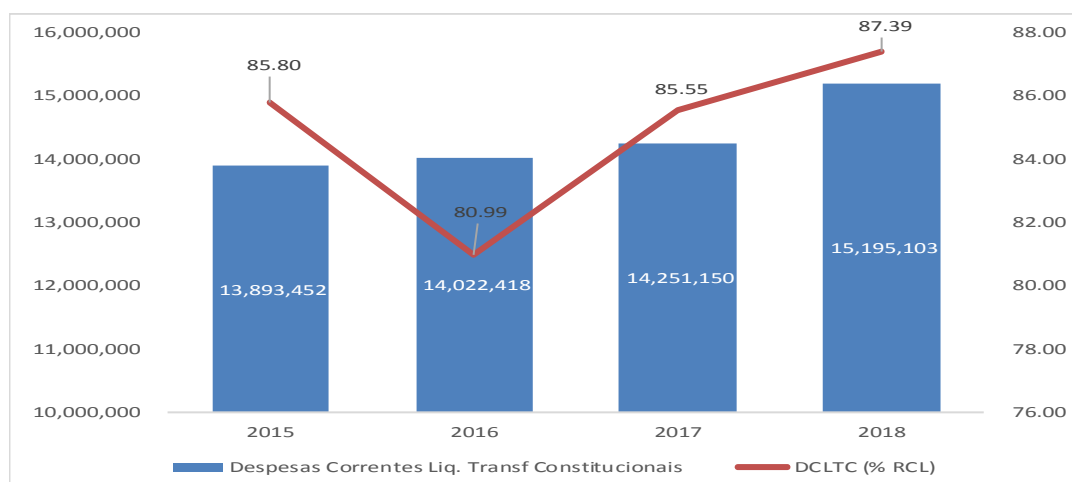
Figura 9: Despesa Corrente Líquida das Transferências Constitucionais de dezembro de 2017 a novembro de 2018 e do período imediatamente anterior (R\$ 1.000,00 de nov./2018)



Fonte: S2GPR/SEFAZ.

- ✓ As despesas correntes líquidas das transferências constitucionais comprometeram, até novembro do ano de 2018, 87,39% da RCL (ver a Figura 10).
- ✓ As despesas correntes líquidas acumuladas nos onze primeiros meses de 2018, em relação aos três anos anteriores, superou em 6,62%, o ano de 2017, e 9,36%, o ano de 2015.

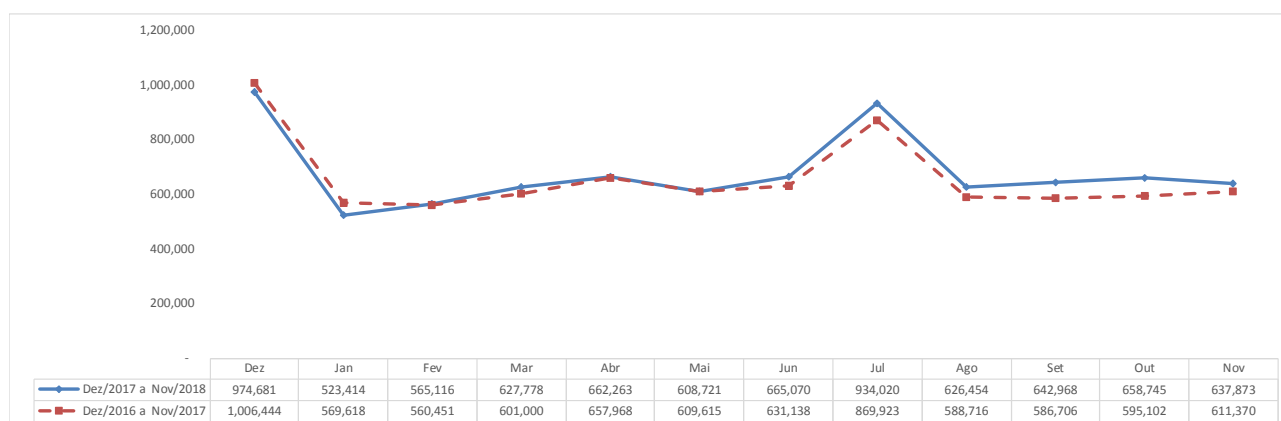
Figura 10: Despesas Correntes Líquidas das Transferências Constitucionais acumulada até novembro (R\$ 1.000,00 de nov.2018)



Fonte: S2GPR/SEFAZ.

- ✓ A Despesa Total com Pessoal (DTP), no período de dezembro de 2017 a novembro de 2018, totalizaram R\$ 8,12 bilhões (a preços de nov./2018), valor 3,03% superior, em termos reais, ao observado no período anterior (ver a Figura 11).
- ✓ A DTP, nos últimos doze meses, representou 41,89% da Receita Corrente Líquida (RCL).. Porém, no período anterior esse indicador representava 42,16% da RCL⁵. O limite de alerta estabelecido na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) é de 43,74% da RCL.

Figura 11: Despesa Total com Pessoal (DTP) de dezembro de 2017 a novembro de 2018 e do período imediatamente anterior (R\$ 1.000,00 de nov./2018)



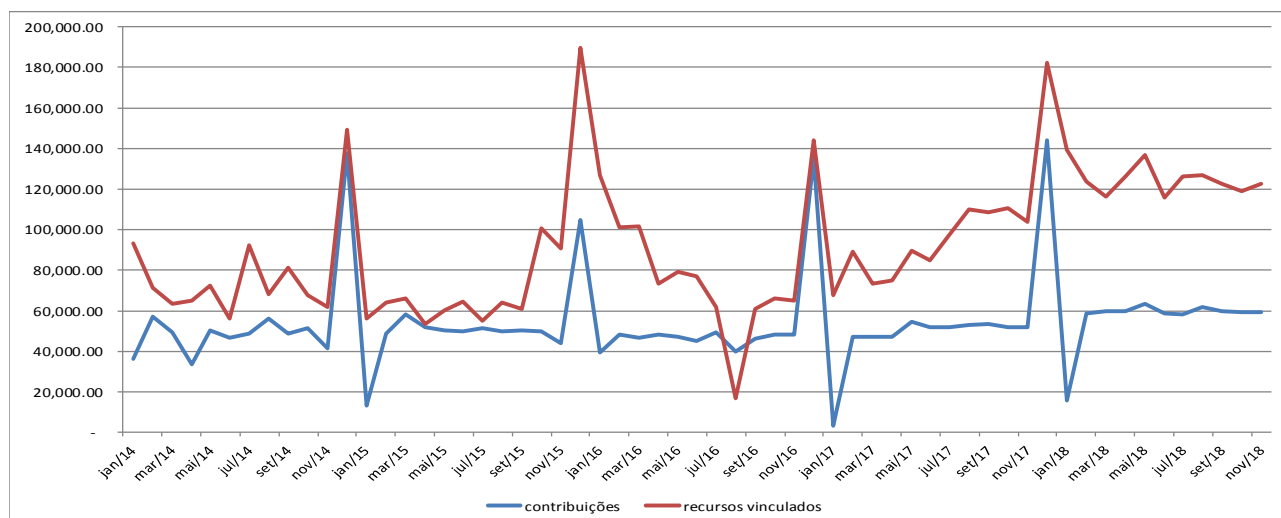
Fonte: S2GPR/SEFAZ.

Obs.: As despesas de pessoal pagas por Consórcio de Saúde Pública não foram consideradas nesse relatório, dado que elas não constam no sistema S2GPR.

- ✓ O pagamento de aposentadorias com recursos oriundos das contribuições previdenciárias contribui, significativamente, para que a despesa com pessoal ficasse abaixo do limite de alerta.
- ✓ Entre março e maio de 2017, o pagamento de inativos com recursos vinculados passou a ter um comportamento distinto do observado com as receitas de contribuições (ver a Figura 12).
- ✓ Comparando-se o período de dezembro de 2017 a novembro de 2018 com o período anterior, constata-se que o pagamento de inativos com recursos vinculados cresceu 34,93%.

⁵ Deve-se lembrar, mais uma vez, que esses valores diferem daqueles reportados no RREO divulgado pela SEFAZ devido os valores utilizados nesse boletim estarem a preços constantes.

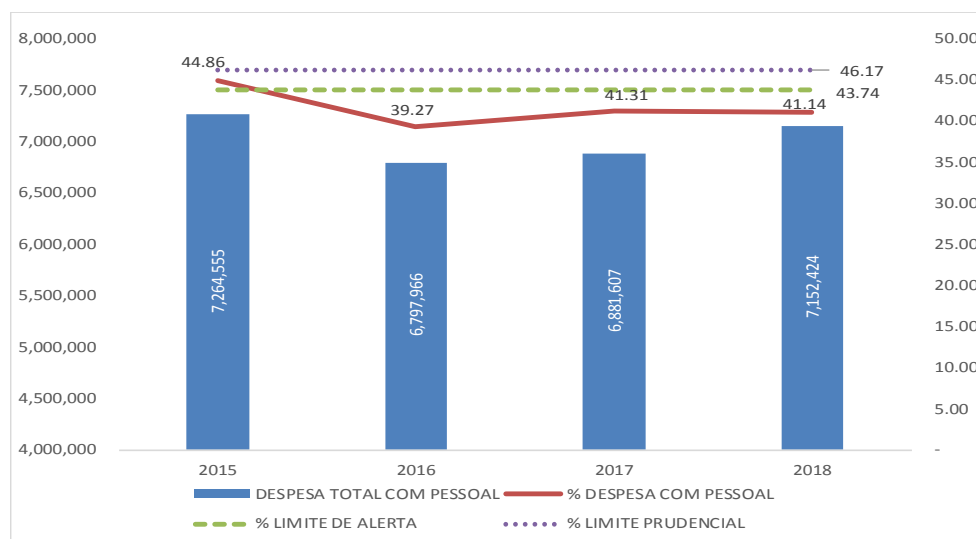
**Figura 12: Pagamento de Inativos com Recursos Vinculados e Receitas de Contribuições
(R\$ 1.000 de nov./2018)**



Fonte: S2GPR/SEFAZ.

Obs.: Só foram consideradas as contribuições dos empregados.

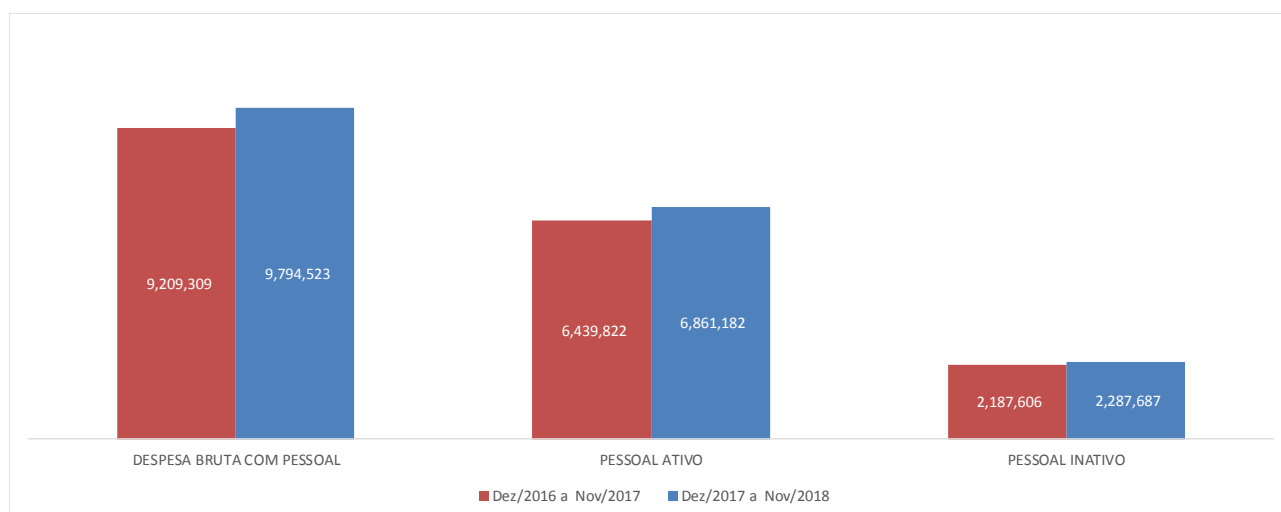
- ✓ As despesas com pessoal acumulada até novembro de 2018, ver a Figura 13, foram inferiores em 1,54% as despesas com pessoal, em 2015, e 3,94% maiores que as de 2017.
- ✓ Parte dessa redução pode ser atribuída à majoração da alíquota previdenciária do Estado que, no ano de 2018, passou a ser de 13%, conforme estabelecido na Lei Complementar nº 159/2016.
- ✓ As despesas com pessoal, relativamente à RCL, estão abaixo do nível de alerta da LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal). O crescimento dos pagamentos de inativos com recursos vinculados (36,15%) tem contribuído, de forma significativa, para o cumprimento desses limites.

Figura 13: Despesa com Pessoal acumulada até novembro (R\$ 1.000,00 de nov./2018)

Fonte: S2GPR/SEFAZ.

Obs.: As despesas de pessoal pagas por Consórcio de Saúde Pública não foram consideradas nesse relatório, dado que elas não constam no sistema S2GPR.

- ✓ A despesa com pessoal ativo apresentou um incremento, entre dezembro de 2017 a novembro de 2018, de 6,54% (ver a Figura 14).
- ✓ A despesa com pessoal inativo cresceu 4,57% em relação ao idêntico período do ano anterior.

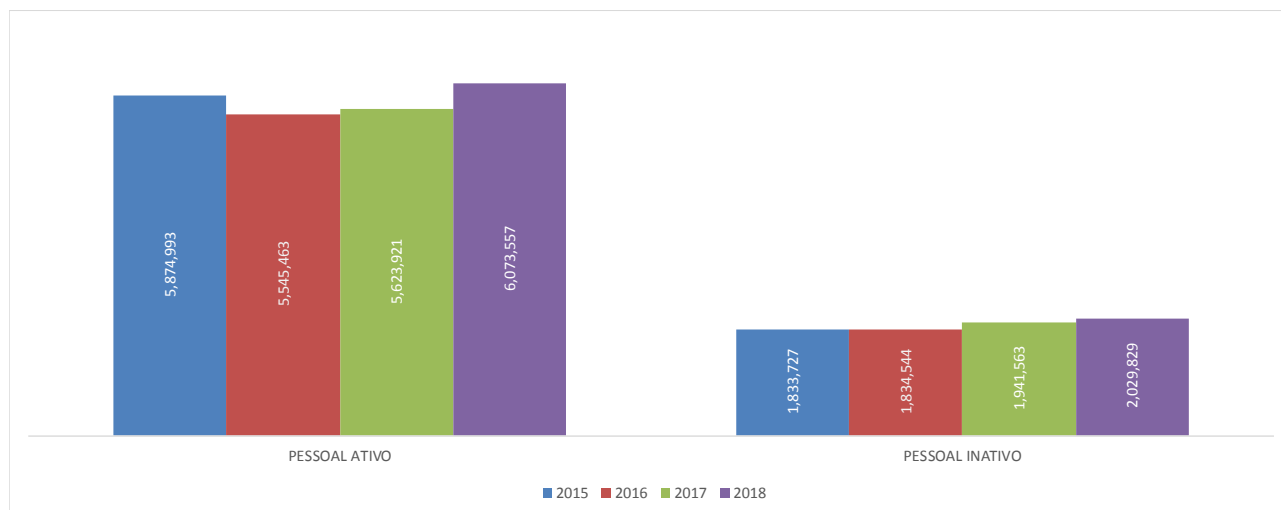
Figura 14: Despesa com Pessoal Ativo e Inativo de dezembro de 2017 a novembro de 2018 e do período imediatamente anterior (R\$ 1.000,00 de nov./2018)

Fonte: S2GPR/SEFAZ.

- ✓ A despesa com pessoal ativo acumulada até novembro de 2018, apresentada na Figura 15, encontra-se 3,38% superior ao observado em 2015. Relativamente a 2017 essa despesa cresceu 8,00%.

- ✓ A despesa com pessoal inativo, acumulada até novembro de 2018, cresceu 10,69%, em relação a 2015. Relativamente a 2017 essa despesa cresceu 4,55%.

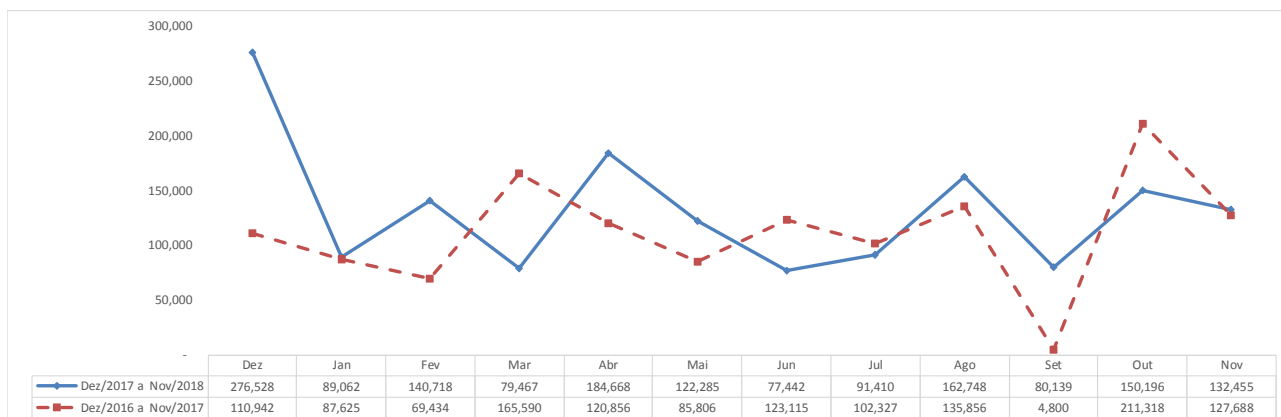
Figura 15: Despesa com Pessoal Ativo e Inativo acumulada até junho (R\$ 1.000,00 de nov./2018)



Fonte: S2GPR/SEFAZ.

- ✓ Os pagamentos de juros e amortizações da dívida estadual, entre dezembro de 2017 e novembro de 2018, totalizaram R\$ 1,59 bilhão (a preços de outubro de 2018), valor 17,97% superior ao dos doze meses anteriores (ver a Figura 16).
- ✓ Os pagamentos de juros e amortizações comprometeram, nos últimos doze meses 8,18% da RCL e, no período anterior, 7,19%. O limite com essa despesa foi estabelecido pela Resolução 43/2001 do Senado Federal, e não pode exceder 11,5% da RCL.
- ✓ Nos meses de dezembro de 2017, fevereiro, abril, maio, agosto e setembro de 2018 os pagamentos de juros e amortizações foram significativamente superiores aos meses similares do período imediatamente anterior.

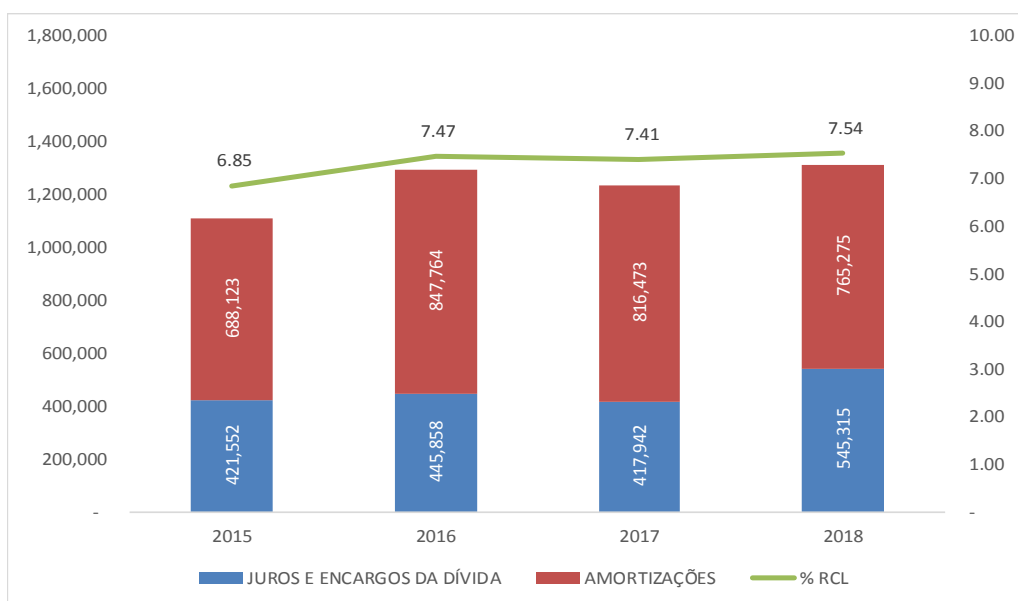
Figura 16: Despesas com Juros e Amortizações de dezembro de 2017 a novembro de 2018 e do período imediatamente anterior (R\$ 1.000,00 de nov./2018)



Fonte: S2GPR/SEFAZ.

- ✓ No acumulado até novembro de 2018 foram pagos, aproximadamente, R\$ 1.310 milhões, de juros e amortizações, representando 7,54% da RCL (ver a Figura 17).

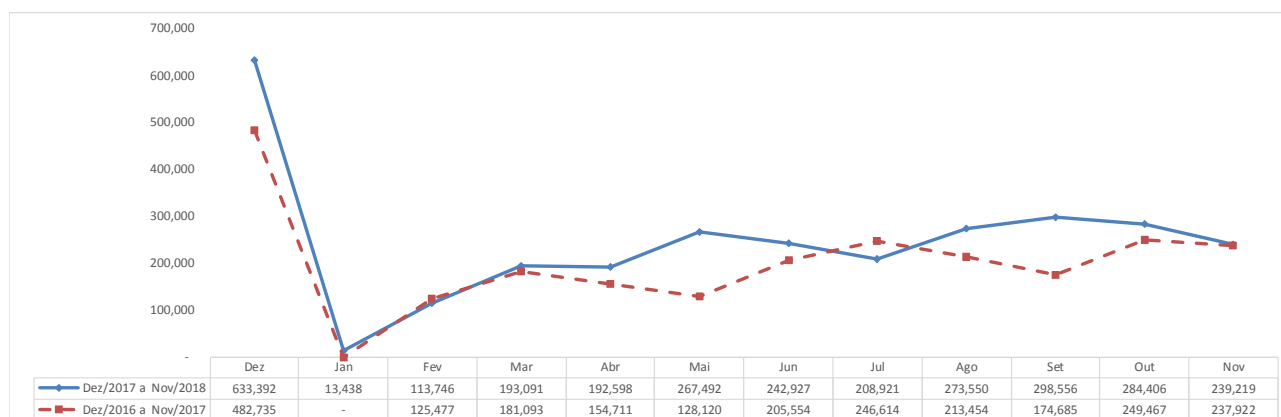
Figura 17: Despesa com Juros e Amortizações acumuladas até novembro (R\$ 1.000,00 de nov./2018)



Fonte: S2GPR/SEFAZ.

- ✓ Os investimentos, no período de dezembro de 2017 a novembro de 2018, superaram em, aproximadamente, R\$ 561 milhões (23,40% a mais) os do período imediatamente anterior (ver a Figura 18).
- ✓ Nos meses de abril e maio de 2018, verificou-se uma elevação real de 62,6% em relação ao mesmo bimestre de 2017. E, entre agosto e novembro de 2018, os investimentos foram 25,15% superiores aos de um ano antes.

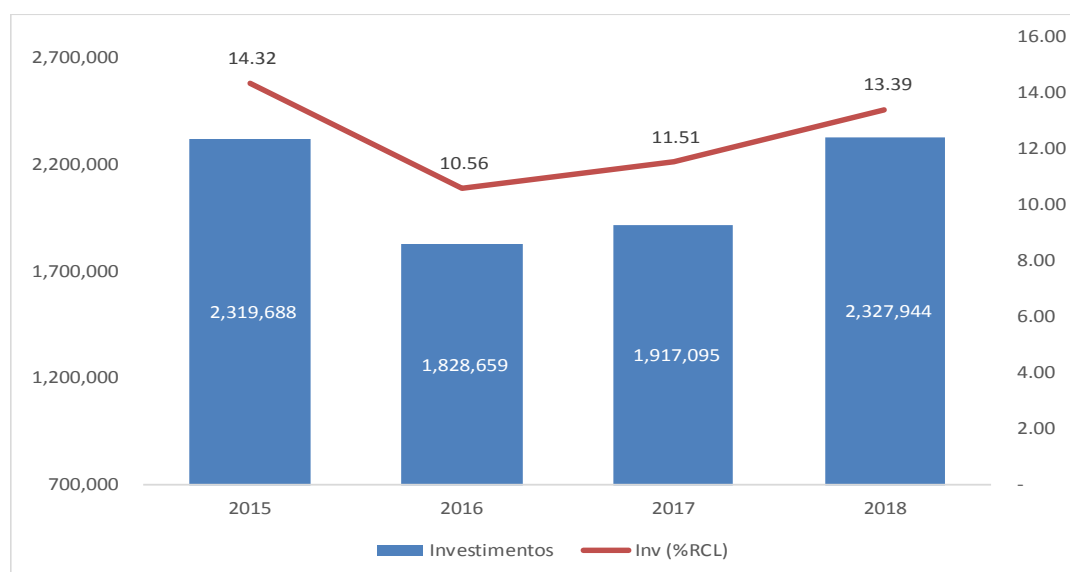
Figura 18: Investimentos de dezembro de 2017 a novembro de 2018 e do período imediatamente anterior (R\$ 1.000,00 de nov./2018)



Fonte: S2GPR/SEFAZ.

- ✓ No acumulado até novembro, os investimentos, ver a Figura 19, de 2018 estão 0,36% superiores aos de 2015 e 21,43% maiores que os de 2017.
- ✓ As despesas com investimentos, em 2018, representaram 13,39% da RCL acumulada no ano até novembro.

Figura 19: Investimentos acumulados até novembro (R\$ 1.000,00 de nov./2018)



Fonte: S2GPR/SEFAZ.